de ato ilícito, perfaz conduta culpável (consideradas as várias espécies de culpa) aquiliana ou extracontratual, passível de disciplinamento por meio da subsunção ao fato da norma de regência.

Finalmente, é imperioso ressaltar que a proposta investigativa do autor não é focada na ideia de isenção de sanção para tais situa-

ções fáticas ilícitas, mas o que busca é evitar que onde não há transgressão normativa jurídico-constitucional e/ou jurídico-civil, na fruição da autonomia confessional, haja proibição ou limitação ao exercício da liberdade religiosa.

DANIEL E SILVA MEIRA
Prof. MSc. UFPE.

“OS DESAFIOS DO DIREITO (PENAL) DO SÉCULO XXI”

OBRA REALIZADA COM A COORDENAÇÃO
DE MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

A presente obra, realizada sob a coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Doutor em Direito pela Universidade Católica Portuguesa na especialidade de Direito Penal, oficial superior da Polícia de Segurança Pública e, professor universitário em várias instituições como, a exemplo, Universidade Autónoma de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, corresponde a um trabalho de investigação jurídica do mais elevado e assinalável mérito, no âmbito daquela que é a investigação do “Ratio Legis” – Centro de I&D da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões.

Neste sentido, o objecto da obra são as ciências jurídico-criminais, procurando-se como o seu coordenador indica, seguir uma linha de orientação doutrinal capaz de ilustrar “o equilíbrio entre a necessária e efectiva tutela de bens jurídicos e a garantia de defesa do agente do crime face ao poder dos Estados”.

Em 10 artigos, patrocinados por 13 conceituados autores, podemos então percorrer um caminho em que nos deparamos com temas da maior actualidade jurídica e social como: “O Direito Penal Económico – uma política criminal na era da globalização”; “Direito Penal Tributário”; “Os limites da Justiça Penal negociada”; “A Corrupção: um fenómeno dos tempos ou do nosso tempo?”; “A criminalização do terrorismo no Brasil: A excepção do crime político a partir da lei n.º 13.260/2016”; “Direito Penal do Inimigo: Para além da constitucionalidade do Direito Penal”; “A validade dentro da tetralogia do Direito: Um passeio pela teoria comunicacional”; “As teorias correntes sobre a prova do fato: probabilismo e explanacionismo apenas?”; “Direito à defesa penal efectiva”; e, “Jurisdição criminal e as Cortes internacionais de Direitos Humanos: diálogos necessários”.

Respectivamente, no artigo “O Direito Penal Económico – uma política criminal na

era da globalização”, (Anabela Miranda Rodrigues), apresenta-nos a autora um estudo sobre quais os grandes desafios que hoje se colocam à política criminal no que ao domínio económico diz respeito, enquadrando esta temática no âmbito da globalização e, do risco associado às grandes empresas multinacionais e sua influência na economia. No artigo “Direito Penal Tributário”, (Germano Marques da Silva), apresenta-nos o autor, um estudo direccionado ao Direito Penal na modernidade, procurando-se fazer a ponte entre este ramo do Direito e o Direito Penal Tributário, destacando-se a respectiva legitimidade das incriminações tributárias.

Seguidamente, em terceiro lugar, podemos navegar pela limpidez do artigo “Os limites da justiça penal negociada”. Nele, explora o autor, (Mário Ferreira Monte), os desafios cada vez maiores e adstritos à realidade da criminalidade organizada, bem como a sua também mais extensa capacidade danosa face aos interesses do Estado. Nesse sentido, defende o autor a necessidade de uma sofisticação dos meios de investigação, trazendo à colacção temáticas como a colaboração premiada enquanto meio de obtenção de prova, explanando depois algumas das mais importantes envolverências desta realidade.

Seguindo-se o artigo intitulado “A Corrupção: um fenómeno dos tempos ou do nosso tempo?”, (Manuel Monteiro Guedes Valente), encontramos uma clara busca por parte do seu autor, em contribuir para o esclarecimento de que a corrupção não é um fenómeno nascido apenas no presente, apre-

sentando-nos uma brilhante exposição sobre os muitos tipos criminais que coabitam nesta realidade e, enquadrando essa observação, no espectro do bem jurídico tutelado.

No artigo “A criminalização do terrorismo no Brasil: A excepção do crime político a partir da lei n.º 13.260/2016”, (Alexandre Wunderlich), é trazida à colacção, a conceptualização do crime de terrorismo no Brasil, num esforço de observação e crítica às reformas penais nesse âmbito verificadas, mais concretamente, dando-se especial destaque à lei 13.260/2016.

Em sexto lugar, segue-se o artigo “Direito Penal do Inimigo: Para além da constitucionalidade do Direito penal”. Nele, pugnam os autores, (Calebe Brito Ramos, Rodrigo Lobato Oliveira de Souza e Thiago Aires Estrela), pelo entendimento de que o Direito Penal tem sentido uma alteração paradigmática da sua base face à mudança do próprio mundo moderno, surgindo o sujeito “delinquente” como “inimigo” do Estado. Temática da mais fina importância, é nos apresentado o Direito Penal do Inimigo como o resultado da ânsia da segurança pública e nacional, face a tantos perigos jurídicos e sociais hoje verificados.

Segue-se o artigo “A validade dentro da tetralogia do Direito: Um passeio pela teoria comunicacional”, (Inajara Piedade da Silva), artigo que nos coloca perante o domínio da legitimidade, validade, vigência e efectividade do Direito, desafiando-se o leitor a, despidendo-se de juízos pré-concebidos, permitir-se trilhar o caminho do jusnaturalismo, positivismo e normativismo, a fim de se con-

seguir colocar esta tríade conceptual, numa óptica assente na teoria comunicacional. (Sobretudo face à rubrica “validade”)

Em oitavo lugar, o artigo “As teorias correntes sobre a prova do fato: Probabilismo e explanacionismo apenas?”, (Geraldo Prado), dirige-se ao debate existente quanto à epistemologia jurídica e prova no âmbito do processo penal brasileiro, procurando colocar-se este artigo como um auxílio de reflexão a juristas sobre esta temática.

Posteriormente, é apresentado o artigo “Direito à defesa penal efectiva”, (Luciano Faldens), que aplica a sua incidência no domínio dos direitos fundamentais, bem como analisa o direito à defesa penal efectiva tendo em especial atenção a postura dos agentes do Estado, destacando-se, para o efeito, destes, o juiz. Por último, apresenta-nos ainda esta obra, o artigo “Jurisdição criminal e as Cortes internacionais

de Direitos Humanos: diálogos necessários”, (Nereu José Giacomolli e Denise Luz), que assim fecha com chave de ouro este notável trabalho, apresentando ao leitor um sério estudo sobre o diálogo entre as Cortes e o respectivo estabelecimento dos padrões protectores das garantias processuais criminais, no âmbito de um processo penal justo. Um tema do maior interesse e actualidade.

Com efeito, pelo apresentado, é a obra “Os desafios do Direito (Penal) do século XXI, um marco importante na afirmação e defesa da corrente jurídica humanista, bem como do escrupuloso respeito pelas garantias constitucionais. Certamente a leitura da mesma enriquecerá todos quantos a façam, não só numa dinâmica jurídica como de igual modo, social e humana.

RODRIGO ALVES TAXA

Doutorando Universidade Autónoma de Lisboa

“TUTELA JURISDICCIONAL EFETIVA NO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA. DIMENSÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS”, CARLOS CARRANHO PROENÇA

EDITORIAL PETRONY, DEZEMBRO DE 2017

O autor da presente obra, o colega e amigo Prof. Doutor Carlos Proença, tem uma intensa atividade profissional, quer na sua vertente docente, lecionando em diversas instituições de ensino superior, quer na sua vertente prática, exercendo advocacia, quer na vertente de investigação, sendo um elemento destacado do centro de investigação Ratio Legis.

Fruto de toda a sua experiência acumulada e de uma investigação metódica, criteriosa, elaborada e refletida, que mereceu o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, surge a presente obra que agora tenho o prazer de descrever. Como o próprio título indica, estamos perante uma obra de carácter eminentemente adjetivo e prático, mas sem descurar na certa medida a dimensão objetiva e teórica da maté-